

**A SOCIEDADE LIBERTADORA BAHIANA E A CAMPANHA ABOLICIONISTA NA BAHIA (1883-1888)**

Ricardo Tadeu Caires Silva<sup>1</sup>

*Introdução*

No dia no dia 8 de março de 1883 um grupo formado predominantemente por profissionais liberais, em sua maioria letrados, fundou aquela que viria a ser a mais combativa sociedade abolicionista da província da Bahia na década de 1880. Àquela altura, a campanha abolicionista já havia tomado proporções nacionais, ressoando nos quatro cantos do país e muitas entidades similares já haviam sido fundadas nas principais capitais e cidades brasileiras (MORAES: 1923). Na Bahia, o crescimento do sentimento libertador também se fazia notar, ainda que de forma mais tímida, segundo relato do médico e abolicionista Luís Anselmo da Fonseca.<sup>2</sup>

Inspirados por ninguém menos que José do Patrocínio que, no ano de 1882, em viagem para o Ceará, esteve em Salvador e instigou a criação de uma associação libertária, um pequeno grupo de indivíduos – dentre os quais figuravam Pamphilo da Santa Cruz, Eduardo Carigé, Januário Martins e Marcolino José Dias e - deu vida à *Sociedade Libertadora Bahiana*.

A *Libertadora Bahiana* abrigava pessoas de diferentes origens étnicas e posições sociais, sendo, em sua maioria, brancos e de certo prestígio social e boa condição econômica. Alguns eram oriundos da Faculdade de Medicina, tradicional reduto abolicionista baiano, tais como o estudante Sérgio Cardozo e os médicos Luís Anselmo da Fonseca e Luís Álvares dos Santos.<sup>3</sup> Outros eram jornalistas, como Raimundo Bizarria, Eduardo Carigé e Pamphilo da Santa Cruz. Havia também

---

<sup>1</sup> Doutor em História pela UFPR. Professor adjunto da Universidade Estadual do Paraná. Campus de Paranavaí-Pr. E-mail: rictcaires@yahoo.com.br. Agradeço à Fundação Araucária pelo apoio concedido, sem o qual minha participação neste evento não se concretizaria.

<sup>2</sup> Sobre a campanha abolicionista no Brasil ver MORAES, Evaristo de. *A Campanha abolicionista (1879-1888)*. Brasília: UNB, 1986. MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. *O plano e o pânico: os movimentos sociais na década da abolição*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ/Edusp, 1994. Para o movimento abolicionista na Bahia consultar FONSECA, Luís Anselmo da. *A escravidão, o clero e o abolicionismo*. Recife: FUNDAJ/ Editora Massangana, 1988. (Edição 'fac-similar' de 1887), pp. 134-135 e também BRITO, Jaílton Lima. *A abolição na Bahia (1870-1888)*. Salvador, Ba: CEB, 2003.

<sup>3</sup> Brito, Jaílton Lima. *A abolição na Bahia...*, op. cit. p.

artistas como Manuel Querino; engenheiros, a exemplo de Theodoro Sampaio; advogados, como Frederico Lisboa e Aristides Spínola; artífices, como o sapateiro Manuel Roque, tesoureiro da entidade; professores, como Austriciliano Coelho, etc. Também integravam a *Libertadora*: Brício Filho, Cosme Moreira, Lélis Piedade, Antônio Barreto, Marcolino José Dias, Arsênio Carvalho Ferreira, Antônio Pereira de Araújo, Cassiano Hipólito, Januário Martins, Paula Ney, José Pinto, Ramos de Queiroz, dentre outros. Eram aproximadamente 30 sócios que, embora numericamente inexpressivos, possuíam um poder de articulação capaz mobilizar uma eficaz rede na luta contra a escravidão.<sup>4</sup>

A liderança da Libertadora estava a cargo do major Pamphilo de Santa Cruz, o qual, aliás, era o proprietário e redator chefe da *Gazeta da Tarde* – órgão de propaganda abolicionista. Era na sede deste periódico que as principais reuniões da entidade eram realizadas e onde também trabalhavam os principais colaboradores da Sociedade. Eram eles: o professor Austriciliano de Carvalho, Eduardo Carigé e Sérgio Cardoso.

Ao analisar o perfil político dos principais sócios da Libertadora percebemos que a maioria destes indivíduos estavam perfilados com as ideias liberais e republicanas. No grupo dos republicanos estavam Pamphilo da Santa Cruz, Eduardo Carigé, e Raimundo Bizarria. De um modo geral, é possível afirmar que estes se apresentavam como uma alternativa às tradicionais forças políticas da província, simbolizadas pelos partidos conservador e liberal.

Na verdade, não havia nas sociedades abolicionistas do Brasil – e a *Libertadora Bahiana* não fugia à regra – tanta uniformidade de pensamento entre os seus associados. Por isso, encontramos posturas radicais, como a do estudante de medicina Sérgio Cardozo, que adotou como lema do seu jornal, *O Mefisto*, a frase cunhada pelo abolicionista Luís Gama, segundo a qual “Todo escravo tem o direito de matar o seu senhor e aquele que não o faz é miserável”.<sup>5</sup> De outro lado, temos também a presença de um discurso mais moderado e conciliador. Num dos seus editoriais, os articulistas do jornal expressaram o entendimento de como a campanha abolicionista deveria ser feita: “Não [era] pela ação direta sobre o espírito do escravo que lhe podemos fazer algum bem, é

---

<sup>4</sup> Discuti o *modus operandi* desta “rede da liberdade” em Silva, Ricardo Tadeu Caires. *Caminhos e descaminhos da abolição. Escravos, senhores e direitos nas últimas décadas da escravidão (Bahia, 1850-1888)*. Curitiba: UFPR/SCHLA, 2007.

<sup>5</sup> Ver JACOBINA, Ronaldo Ribeiro. Sérgio Cardozo (1858-1933): um acadêmico de medicina abolicionista e republicano. *Gazeta Médica da Bahia*. Bahia 2008;78 (2), p. 96.

com os livres que nos devemos entender, é com esses que vamos pleitear a causa daqueles [...] porque a eles lhes proibimos de levantar o braço em defesa própria”.<sup>6</sup>

Aliás, conforme defendeu Wlamyra Albuquerque, a diversidade de atores sociais da *Libertadora Bahiana* permitiu que ela exercitasse estratégias distintas no movimento abolicionista, a exemplo da organização de fugas e acoitamentos de escravos, nas quais a participação de libertos africanos era decisiva.<sup>7</sup> Por isso, cabe destacar que a atuação de alguns destes abolicionistas extrapolava as atividades levada a cabo pela *Libertadora*.

### ***As ações em prol da abolição: da legalidade à subversão***

Assim como outras sociedades abolicionistas, a *Libertadora Bahiana* realizava diversas atividades legais - tais como conferências, meetings, bailes e leilões - e subversivas, como por exemplo a promoção de fugas e acoitamentos de escravos.

### ***As festas abolicionistas***

As ações ordinárias tinham o propósito de divulgar as ideias abolicionistas e também de arrecadar fundos para a compra de cartas de alforria, as quais eram distribuídas publicamente nas sessões comemorativas. As “festas abolicionistas” promovidas pela *Libertadora Bahiana* eram realizadas sempre que algum acontecimento relevante movimentava a política nacional ou local em relação ao avanço da questão servil. Foi o que aconteceu, por exemplo, no dia 25 de março de 1884, um domingo. Visando comemorar a emancipação dos escravos na província do Ceará a *Sociedade Libertadora bahiana* promoveu uma “Festa Abolicionista” no *Teatro São João*.<sup>8</sup> Conforme notícia veiculada na *Gazeta da Bahia*, o evento foi “muito concorrido” e transcorreu da seguinte maneira:

---

<sup>6</sup> *Gazeta da Tarde*, 14 de setembro de 1884. Apud ALBUQUERQUE, Wlamyra R. *O jogo da dissimulação: abolição e cidadania no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p.82. Cabe aqui ressaltar que a análise dos números deste periódico ainda não foi feita.

<sup>7</sup> ALBUQUERQUE, Wlamyra R. *O jogo da dissimulação...*, op. cit., p.89.

<sup>8</sup> Criado em 1806, o teatro São João foi somente inaugurado em 13 de maio de 1812, em homenagem ao aniversário de D. João VI. Estava localizado na extremidade norte do largo das Portas de São Bento, atual praça Castro Alves, no centro de Salvador. Durante todo o século XIX foi o mais importante teatro baiano. Tinha capacidade para abrigar 340 cadeiras na plateia, 60 camarotes repartidos equitativamente em 3 ordens e uma galeria para 400 espectadores, totalizando aproximadamente 800 lugares, embora alguns autores afirmem que comportava até 2.000 pessoas. Ver RUY. Affonso. *História do teatro na Bahia*. Salvador. Livraria Progresso Editora, 1959, p.86.

Ao subir o pano, apresentou-se uma bonita apoteose, tocando a música da polícia o *hino da liberdade*. Pronunciou o discurso por parte da sociedade o sr. Dr. Aristides Spinola, orando ainda outras pessoas, e recitando-se várias poesias, entre as quais o nosso talentoso amigo sr. João de Brito exibiu uma bela produção sua.

Pela artisa Julieta dos Santos foram entregues oito cartas de liberdade, havendo para o mesmo fim mais dez, que também não foram logo entregues por serem residentes no interior da província os libertos (publicaremos depois os nomes de todos os alforriados).

Em seguida foi representado o drama abolicionista *A filha da escrava*, que foi muito aplaudido.

Nos salões do teatro, que estava devidamente ornado, tocaram duas bandas de música.<sup>9</sup>

A peça *A filha da escrava* foi escrita no ano de 1883 pelo dramaturgo negro Arthur Rodrigues da Rocha, natural da cidade gaúcha do Rio Grande, especialmente para ser representada pela atriz mirim Julieta dos Santos.<sup>10</sup> Composto em três atos, o drama conta com oito personagens quem narram a história da menina Ersília, criada pelos avós paternos Athayde e Ana. Ignorando que é fruto da relação entre Lourenço, filho destes, e a mulata Elvira, escrava da família, Ersília vive o dilema de não saber quem são seus verdadeiros pais, posto que

Lourenço não assume a filha e a família mantém em segredo a identidade da mãe da menina obrigando a escrava Elvira a servir de babá para a própria filha, sem revelar que é na verdade sua mãe. Lourenço, o pai da menina Ersília, envolve-se em vários crimes, e seus pais para livrá-lo são obrigados a se desfazerem de seus bens, acabando arruinados. Durante o drama, a menina Ersília vai aos poucos desconfiando que seja filha da escrava Elvira. No último ato da peça, pouco antes de revelar para a menina a identidade de sua mãe, Lourenço é preso após roubar o último recurso que seus pais Athayde e Anna guardavam na sua própria casa. Quando a polícia vem comunicar a prisão de Lourenço, a menina Ersília revela saber quem era sua mãe e critica os avós por não lhe terem revelado a verdade, por se tratar de uma escrava.<sup>11</sup>

Com forte apelo emotivo, o drama escrito por Arthur Rocha obteve êxito imediato, haja vista que naquele ano a peça percorreu, com grande sucesso de crítica e público, os mais importantes teatros do país. Mas, como vimos no anúncio, as festividades abolicionistas não contavam apenas com as encenações de peças. Pelo contrário, a programação era variada, incluindo bandas de música, poesia, conferência, apresentação teatral e a concessão de cartas de alforria. Segundo Eduardo Silva, a transformação das simples conferências num espetáculo teatral, artístico

---

<sup>9</sup> GAZETA DA BAHIA. “Festa Abolicionista”, quarta-feira, 27 de março de 1884, página 01. Este e os demais números periódicos aqui citados foram consultados *on line* no site da Biblioteca Nacional, projeto Hemeroteca Digital, no endereço: <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>. Desde já deixo aqui registrado meus agradecimentos a esta iniciativa, sem a qual esta e outras pesquisas em andamento não seriam possíveis com tamanha rapidez e comodidade.

<sup>10</sup> ROCHA, Arthur Rodrigues. *A filha da escrava* In: *O Teatro de Arthur Rocha*. Porto Alegre: Oficinas da Tipografia do Jornal do Comércio, 1884.

<sup>11</sup> Ver SANTOS, Isabel S. dos. *Abram-se as cortinas. Representações étnico-raciais e pedagogias do palco no teatro de Arthur Rocha*. Mestrado em Educação. Canoas, ULBRA, 2009, p.73.





e cultural completo foi uma das grandes sacadas dos abolicionistas para tornar os eventos mais concorridos e movimentados.<sup>12</sup>

Esta estratégia foi novamente repetida no dia 14, um domingo. Desta vez, a Libertadora Bahiana, por meio da *Gazeta da Tarde*, conclamava a população baiana a comemorar a libertação da província do Amazonas. O “Grande e importante Festival Abolicionista” seria realizado por meio de uma passeata cívica que sairia do Imperial Lyceu de Artes e Ofícios, no centro histórico de Salvador, e se dirigiria ao Theatro Polytheana, nas Mercês, onde outras atrações completariam a festa.<sup>13</sup>

Segundo o anúncio que tomava meia página do periódico abolicionista, a “procissão” percorreria as principais ruas das freguesias da Sé e de São Pedro. Neste trajeto, o cortejo desfilaria indivíduos de “diversas classes sociais” e várias “sociedades abolicionistas”, as quais ostentariam “painéis com a effigie dos mais denodados libertadores do paiz”, na seguinte ordem:

1º Grupo: a imprensa, representada pelas respectivas redacções de vários jornaes, directorio da associação Typographica Bahiana, typographos, livreiros, e lytographos conduzindo o painel com a effigie do immortal Guttemberg, o inventor da imprensa;

2º Grupo: Sociedade 28 de setembro com as effigies do Visconde do Rio Branco e do Cons. Dantas; aquella carregada pelos ingenuos e esta pelo Club;

3º Grupo: Club Symbolo da Liberdade com 21 senhoras, representando as vinte e uma províncias do Brazil; conduzindo a effigie de Joaquim Nabuco;

4º Grupo: corporação Acadêmica, Club Libertador 24 de Maio, Normalistas e estudantes de Humanidades, com a effigie do Cantor dos Escravos – Castro Alves;

5º Grupo: Centro Abolicionista Luiz Gama, com a effigie do neto d’África;

6º grupo: Sociedade Libertadora Bahiana, com a effigie de S. M. o Imperador, e a imponente allegoria à liberdade.<sup>14</sup>

O prestito foi fechado pelo batalhão patriótico Luiz Gama ao som da música do 9º Batalhão. À noite, já nas dependências do Polytheama, a festa continuaria com a apresentação de quatro atrações musicais. No primeiro ato, apresentam-se de diversas filamônicas e bandas militares. No segundo, 150 músicos executam a “Marselheza dos escravos”, para em seguida dois índios, representando as províncias do Ceará e do Amazonas, entregam algumas cartas de liberdade. No ato

---

<sup>12</sup> SILVA, Eduardo. “Resistência Negra, Teatro e Abolição da Escravatura...”, op.cit. No ano seguinte, mais precisamente no dia 29 de setembro de 1885, o jornalista Pamphilo de Santa Cruz solicitou à presidência da província o referido teatro para que a *Sociedade Libertadora Bahiana* pudesse celebrar o aniversário da lei de 28 de setembro de 1871, mais conhecida por Lei do ventre Livre. A autorização da presidência da província foi publicada na *GAZETA DA BAHIA*, em 28 de setembro de 1885, página 01.

<sup>13</sup> Segundo Manuel Querino, este teatro começou a funcionar em 1882 como praça de touros em um terreno próximo ao convento das Mercês, sendo oficialmente inaugurado no ano seguinte sob o nome de Polytheama Bahiano. Ver QUERINO, Manoel. *Theatros da Bahia*. Rev. Inst. Geo. e Hist. da Bahia. Salvador, v.35, 1909, p.124.

<sup>14</sup> *GAZETA DA TARDE*, Salvador, Ano V, nº 194, 13 -14 de setembro de 1884, página 03.



terceiro, os músicos da Companhia Musella apresentam serenata lírica. Finalmente, no quarto ato, a festividade seria encerrada com o “Vaporoso Bailado”, executado pelo corpo de baile da notável companhia lírica italiana, acompanhada da banda marcial da polícia.

De um modo geral, as festividades cívicas levadas a cabo pelas sociedades abolicionistas eram realizadas em parceria com as companhias teatrais da capital e de outras partes do país, especialmente as da Corte. Dou mais alguns exemplos. Na terça-feira, dia 28 de julho de 1885, às oito horas em ponto, no consagrado teatro *São João*, a Companhia Dramática “Empresa Ribeiro Guimarães e Eduardo” deu início ao “Grande Festival Abolicionista”.<sup>15</sup> O espetáculo era uma homenagem aos “beneméritos da pátria em honra aos *clubs* abolicionistas da capital”. Na programação, a atração principal era a encenação, em 4 atos, do “drama de propaganda” *Os abolicionistas*, escrito e interpretado pela “distinta atriz brasileira D. Anna Chaves Guimarães”. Ainda de acordo com o anúncio,

o quadro final é surpreendente, vendo-se ao fundo os vultos dos grandes beneméritos Visconde do Rio Branco e Joaquim Nabuco, de um lado a figura simpática do grande libertador Francisco do Nascimento, sulcando as impavidas ondas que levaram seu nome à posteridade.

Mise en scene do distinto abolicionista Ribeiro Guimarães, condecorado pelas sociedades *Cearense Libertadora e Club Abolicionista Patrouní* do Pará, pelos serviços prestados à mesma causa.<sup>16</sup>

O espetáculo parece ter sido um sucesso, pois ganhou repercussão não só nos jornais baianos como também na *Gazeta da Tarde*, do Rio de Janeiro, jornal do prestigiado abolicionista José do Patrocínio. Na verdade, a gazeta carioca reproduziu a matéria publicada pelo seu homônimo baiano, haja vista que ambas eram francamente abolicionistas. Segundo a notícia, “o entusiasmo chegou a um delírio; o povo venceu freneticamente o ardente abolicionista e notável literata – chamando-a consecutivamente à cena”.<sup>17</sup> Ainda de acordo com a matéria, “no último ato o nosso colega Eduardo Carigé, num raptó eloquente, saudou a propaganda da causa que defendemos na pessoa da distinta autora, sendo aplaudido com ardor”. Finalizado o espetáculo, “o povo, precedido de duas bandas de música, levou a Sra. D. Anna Chaves à casa de sua residência, sendo erguidos frenéticos vivas a Joaquim Nabuco, Amaro Bezerra e à redação desta folha” - leia-se da *Gazeta da Tarde* baiana.

No ano seguinte, mais precisamente no dia 11 de dezembro de 1886, o teatro *São João* voltou a ser palco de mais um espetáculo abolicionista. Na ocasião foi encenado *O escravo fiel*,

<sup>15</sup> GAZETA DA BAHIA, nº 165, domingo, 26 de julho de 1885, página 02, anúncio.

<sup>16</sup> GAZETA DA BAHIA, idem.

<sup>17</sup> GAZETA DA TARDE. Rio de Janeiro, sexta-feira, 21 de agosto de 1885, nº 191, página 3.

“drama de propaganda abolicionista” que, segundo a Empresa Soares de Medeiros, “tão estrondosa revolução tem produzido em todos os teatros do sul do Império”. Escrito no ano de 1859 pelo jurista e dramaturgo carioca Carlos Antônio Cordeiro (1812-1866), o drama narra, em 5 atos, a saga de um liberto em testamento que é reescravizado após a morte de seu senhor. Este, apesar da injustiça que lhe foi cometida, mantém-se fiel à filha de seu antigo.

Nos papéis principais estão o próprio dono da companhia, o ator Soares de Medeiros, que interpreta o preto Lourenço, protagonista do drama e a atriz D. Isolina de Monclar, anunciada como a primeira atriz ingênua do país, no papel da órfã Eulália. Também tomam parte da peça os demais atores e atrizes da companhia. O anúncio é finalizado afirmando que “as peripécias que muito recomendam este drama, são por demais notáveis, o que contribui para o acolhimento, que esta peça tem sempre obtido, em todos os teatros, onde tem subido à cena”.<sup>18</sup>

Assim como outras narrativas teatrais da época, o drama foi concebido a partir de situações concretas da escravidão, em especial na relação senhor-escravo, como sugere o título do primeiro ato, que aborda a morte do senhor e as disputas em torno do seu testamento. Como demonstrou Sidney Chalhoub, a morte dos senhores podia significar um pesadelo para muitos escravos pelo fato de os herdeiros não respeitarem os acordos firmados entre ambos, ocasionado o não cumprimento de promessas de liberdade, vendas para outros senhores, etc.<sup>19</sup> Tal realismo, sem dúvidas contribuía para que a narrativa encontrasse paralelo no cotidiano daqueles que o assistiam, provocando o efeito esperado pelos artistas, qual seja a comoção popular para a condenação pública da escravidão. Nesse sentido, esses espetáculos produziam uma dramatização literal da escravidão no Brasil.

### *As ações subversivas da Libertadora*

Dentre as ações consideradas subversivas, podemos destacar o acoitamento de escravos, o impedimento de embarque de cativos para fora da província, o agenciamento de fugas, etc. Aqui é válido destacar que nem todos os membros da Libertadora tomaram parte destas ações. Na maioria das vezes, estas atividades eram articuladas por Pamphilo da Santa Cruz e Eduardo Carigé e contavam com a colaboração de outros indivíduos. Dado o caráter secreto de muitas das ações desenvolvidas pelas sociedades abolicionistas nos anos finais da escravidão, torna-se difícil elucidar

<sup>18</sup> GAZETA DA BAHIA, *idem*, op. cit.

<sup>19</sup> CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p.111.

o *modus operandi* destas. E isto é também válido para as algumas atividades da *Libertadora Bahiana*. Minha hipótese é que tenham constituído aquilo que denomino de “rede da liberdade”. Um relato bastante contundente de como essa “rede” funcionava foi dado pelo engenheiro e abolicionista Theodoro Sampaio, que com riqueza de detalhes descreveu seu *modus operandi*:

A demora dos infelizes no quartel da Guarda Velha [Sociedade Abolicionista Libertadora Bahiana] era, se pode dizer, invariável pela precisão do exame médico e para que se resolvesse qual dos associados por si, ou por seus parentes ou amigos, pudessem, na ordem pré-estabelecida, **receber e acoitar mais um ou dois escravos, o que antecedia o pleito da alforria em juízo ou então o iniludível extravio.**

Quando o caso requeria a moção de uma ação de liberdade,

**o inquérito era feito pelo major Pamphilo da Santa Cruz ou então por Eduardo Carigé, Dr. Francisco Lisboa, Dr. Anselmo da Fonseca e major Francisco Pires de Carvalho**, com o testemunho, muitas vezes, de membros da Libertadora; servindo de escrivão um dos senhores designados, *A Gazeta da Tarde: orgam da propaganda abolicionista* ou quase sempre escolhidos para esse mister Alfredo Requião, Euclides Soares, Camilo Borges e Ambrósio Gomes.

Outra ação levada a cabo pelos membros da Libertadora foi o impedimento do embarque de escravos para fora da província.

### ***Estancar o tráfico interno***

Após o fechamento do tráfico africano, em 1850, o Brasil assistiu ao incremento do tráfico interno, realizado inter e intra-províncias, especialmente do norte para o sudeste do país. Segundo as estimativas mais confiáveis, durante as três décadas em que vigorou, esta modalidade movimentou cerca de 200 mil cativos (CONRAD: 1986; SLENES: 1976). Destes, aproximadamente 30 mil saíram da Bahia (SILVA: 20007). De acordo com Robert Conrad, o tráfico interprovincial só findou porque as próprias províncias do sul se atentaram para o desequilíbrio numérico de cativos entre as duas regiões, fato que poderia levar ao rápido crescimento das ideias abolicionistas no norte e provocar uma guerra civil semelhante à ocorrido nos Estados Unidos (1861-1865). Assim, para manter o apoio da sociedade brasileira como um todo a favor da continuidade da escravidão, foi dado um basta no tráfico elevando-se substancialmente as taxas de importação de escravos.<sup>20</sup> Ainda de acordo com o autor, o Rio de Janeiro foi a primeira província a estipular um imposto, no valor de 1 conto e 500 mil réis para cada cativo vindo de

<sup>20</sup> CONRAD, Robert. *Tumbeiros...*, op. cit., p. 202.



outras províncias; sendo imediatamente seguido por São Paulo e Minas Gerais, que estabeleceram o mesmo imposto na razão de 2 contos de réis.<sup>21</sup> Foram estas medidas que, na prática, acabaram com o tráfico de escravos para as províncias do sul, embora formalmente o tráfico interprovincial só tenha sido extinto em 1885, por meio da Lei dos Sexagenários.<sup>22</sup>

Na Bahia, desde a década anterior já se pode constatar forte oposição da população contra o embarque de cativos para as províncias do sul. Com o crescimento do sentimento abolicionista esta oposição só aumentou e saiu do campo da contestação judicial para a ação radical nas ruas, ou melhor, no porto. Informados de que muitos cativos ainda continuavam a ser enviados para fora da província, alguns membros da *Libertadora Bahiana* partiram para a região portuária a fim de impedir alguns desses embarques. A primeira ação ocorreu no dia 10 de abril de 1883, por volta das três horas da tarde. Tomaram parte da ação os abolicionistas Marcolino José Dias, Pamphilo da Santa Cruz e Sérgio Cardoso; além do saveirista cabra Manuel Júlio dos Santos, mais conhecido por “Manuel Camarão”. Ao serem informados que um indivíduo pretendia embarcar alguns escravos para a cidade de Canavieiras, no sul da província, estes se dirigiram para o Cais do Ouro a fim de impedir a viagem. Aos gritos de “viva a liberdade” e “morte aos escravocratas” o grupo abordou o proprietário dos cativos e, utilizando-se da força, retirou os escravos da embarcação. Em seguida, sabendo que o Barão de Guaíba tencionava enviar alguns de seus escravos para uma fazenda que possuía na vila de Belmonte, também localizada ao sul da capital, estes mesmos indivíduos partiram para cima. Desta vez a estratégia foi.

A segunda intervenção ocorreu no dia seguinte e teve repercussão ainda maior, pois envolveu ninguém menos João Maurício Wanderley, o Barão de Cotegipe. Naquela quarta-feira, por volta das duas da tarde, Eduardo Carigé se dirigiu ao cais do porto para averiguar se procedia a notícia de

que seriam embarcados no vapor *Trent* alguns escravos sob o título de criados, e desejando entender-se com o comandante daquele vapor, no intuito de saber se havia algum com o nome de Josefa, a fim de tomar as providências legais, para que não se realizasse seu embarque, dirigiu-se em um saveiro para bordo, indo em sua companhia um seu protegido de nome Sinfrônio para caso se demorasse a bordo, vir à terra participar sua família para que não ficasse sobressaltada com a

<sup>21</sup> CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravidão no Brasil...*, op. cit., pp. 209-212.

<sup>22</sup> Ver *Coleção das Leis do Império do Brasil de 1885*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1885.

demora, porquanto costuma ele respondente recolher-se à casa das duas para as três horas, devendo declarar que não ia grupo algum neste saveiro.<sup>23</sup>

Para chegar até a referida embarcação, Carigé contou com o auxílio de quatro saveiristas, os quais eram pessoas de cor. Além de um seu protegido denominado Sinfrônio, em sua companhia também estavam os indivíduos Agostinho José Dias, filho do capitão Marcolino José Dias, e Nicolau do Rego. Ao chegarem ao Trent, Eduardo Carigé se dirigiu a Estevão, “criado branco” do referido barão, pedindo ao mesmo os papéis referentes aos dois homens de cor que o acompanhavam; ou seja, o jovem Lino Caboto e o velho Wanderley. Estevão não opôs resistência à entrega dos mesmos aos abolicionistas, mas alertou Carigé que o mesmo havia que se entender diretamente com o Barão de Cotegipe, pois o mesmo ainda estava em terra.

Após retirar Caboto do vapor *Trent*, Eduardo Carigé conduziu o suposto cativo para a terra firme e em seguida dirigiu-se para a redação da *Gazeta da Tarde*. Segundo afirmou no auto de perguntas que lhe foi feito pelo delegado, sua intenção era a de entregar os supostos escravos para o Chefe de Polícia averiguar se estes eram ou não cativos que estariam sendo embarcados como pessoa livres. Não demorou muito para que o Chefe de Polícia enviasse um emissário para resgatar Lino Caboto e o velho liberto que o acompanhava. Sanada a confusão, foi instaurado

Não ficamos sabendo o que resultou do processo, haja vista que o mesmo está incompleto. Os membros da Libertadora Bahiana foram enfáticos ao negar participação nos conflitos. Inclusive tiveram o cuidado de isentar os saveiristas. Entretanto, a ação levada a cabo por Carigé e outros membros da Libertadora revelam a aproximação dos abolicionistas com indivíduos pertencentes às camadas populares, como os saveiristas. Vale lembrar que naquele contexto, no Ceará, havia por parte dos jangadeiros o compromisso de não embarcar escravos para fora da província (MOREL: 1979).

Para além destas ações, vamos encontrar os membros da Libertadora Bahiana denunciando maus tratos e violências contra os cativos. Foi o que fez, por exemplo, Eduardo Carigé ao denunciar o capitão João de Teive e Argolo ao Chefe de Polícia:<sup>24</sup>

*A Sociedade Libertadora Bahiana [grifo original], vem requerer a Vs<sup>a</sup> que se digne proceder às diligências necessárias para o descobrimento da verdade do quanto declara o*

<sup>23</sup> Auto de perguntas feito a Eduardo Carigé em 11 de abril de 1884.

<sup>24</sup> Os casos a seguir foram trabalhados em Ricardo Tadeu Caires. *Caminhos e descaminhos da abolição. Escravos, senhores e direitos nas últimas décadas da escravidão (Bahia, 1850-1888)*. Curitiba: UFPR/SCHLA, 2007, pp. 245-249.

*escravo Silvestre, a respeito de ter sido morto pelo seu senhor João de Teive e Argolo o escravo Damião.*

*E por este crime de competência pública, a Peticionaria espera que Vs<sup>as</sup>, solícito como é no cumprimento de seus deveres, proceda com a clara disposição da lei em vigor contra o denunciado pelo referido escravo. Eduardo Carigé, Ba 05/jan/87.*

A família Teive e Argolo era uma das mais tradicionais famílias baianas, cujas origens remetem aos primórdios da colonização brasileira.<sup>25</sup> Filho de João de Teive e Argolo e Ana Cypestre Ferrão de Pina e Mello de Teive e Argolo, João de Teive e Argolo era casado com Leonor Maria Pires de Aragão Bulcão de Teive e Argolo, filha de outra importante família aristocrática baiana. Contava então com 31 e se dedicava a administrar o engenho *Água Cumprida*, de propriedade de sua mãe, localizado na freguesia de São Miguel do Cotegipe, nos arredores de Salvador, que juntamente com as freguesias de Pirajá e do Iguape e as vilas de São Francisco e Santo Amaro constituía os principais centros de produção açucareira no Recôncavo<sup>26</sup>. Sobre ele, pesava a acusação de ter assassinado com um “porrete” o crioulo Damião. A informação deste crime, chegou aos ouvidos de Eduardo Carigé pela boca do crioulo Silvestre, que fugira do engenho *Água Cumprida*, após ser castigado por ordem de Argolo, a quem tratava por “senhor moço” - numa clara alusão ao falecido pai deste, por quem certamente nutria mais respeito. Na ocasião do castigo, Silvestre recebeu 300 “palmatoadas” nas mãos, 200 numa quarta-feira e as 100 restantes na sexta, “sendo as duzentas aplicadas pelo feitor de nome Procópio e as cem pelo metedor de fogo de nome Rafael, ambos também escravos do engenho”. O motivo? Segundo ele foi o de “ter aparecido um boi com que ele interrogado carregava com a cauda cortada”, fato esse “que senhor atribuiu a ele, mas que havia sido provocado por um cachorro”. Ainda de acordo com o escravo, João de Teive e Argolo estava acostumada a castigar os escravos do engenho, fato esse que também era do conhecimento de sua mãe, a qual “chegava muitas vezes a presenciá-los sem dizer coisa alguma”. Prova disso é que por aqueles dias, os escravos Tibúrcio e Theotônio, ambos “carreiros”, também haviam sido castigados por ordem do acusado - informação esta confirmada por estes, pelo fato de “terem demorado com o carro no mato”. Tais práticas corretivas apontam para uma constante vigilância do ritmo de trabalho dos escravos naqueles anos. Por sinal, o escravo Theotônio pertencia a seu tio, Miguel de Teive e Argolo, dono do *Engenho Novo de São João*, e estava alugado - o que

<sup>25</sup> COSTA, Afonso. Genealogia Baiana ou o catálogo genealógico do frei António de Santa Maria Jaboatão. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, vol. 191, 1946.

<sup>26</sup> BARICKMAN, Bert. *Um contraponto baiano. Açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo (1790-1860)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 40.

indica mais uma estratégia senhorial com vistas a otimizar a mão-de-obra escrava ainda disponível nos plantéis da região.

Silvestre possuía cerca de 30 anos, era filho de Andreza e havia nascido ali mesmo nas terras do engenho *Água Cumprida*, de onde fugira com o propósito de apresentar-se às “autoridades”, procedimento cada vez mais comum naquele contexto abolicionista.<sup>27</sup> Dos autos não dá para saber se seu encontro com Carigé ocorrera antes ou depois dele apresentar-se à polícia, mas sou levado a acreditar que sem o intermédio do abolicionista Silvestre dificilmente se arriscaria ir até a delegacia. Ou seja, embora os escravos tenham recorrido cada vez mais às autoridades policiais nos últimos anos da escravidão, na maioria dessas situações eles o faziam na presença de militantes abolicionistas, de quem recebiam guarida.

Foi por confiar nessa proteção que ele decidiu acusar João Argolo de assassinato. Afirmando isto porque naquele contexto a acusação de maus tratos já seria suficiente para incomodar seu senhor, sobretudo porque tais atitudes senhoriais estavam sendo cada vez mais condenadas publicamente, sendo noticiadas com certa frequência na imprensa da Capital, inclusive na *Gazeta da Bahia*, como de fato o foi.<sup>28</sup> Além disso, a informação dada no depoimento prestado por Eduardo Carigé de que ele, em virtude das declarações que Silvestre fizera contra João de Teive e Argolo, “havia tentado chegar a um acordo com mesmo Argolo”, me leva a acreditar que o cativo estava mesmo disposto a não voltar ao poder de seu senhor e viu na acusação de assassinato a saída para conseguir sua alforria. Em todo o caso, havia a possibilidade de realmente o crime ter ocorrido. Senão vejamos.

Segundo a versão apresentada por Silvestre, apesar de novo – pois possuía apenas 24 anos quando faleceu - Damião sofria constantemente de cansaço e por isso “não mostrava a mesma ligeireza que os outros” no trabalho. Irritado com tal comportamento, João Argolo teria dado umas cacetadas no escravo, usando para tanto um “porrete” que sempre trazia, provocando os ferimentos que o levaram a óbito. Após cometer o assassinato, o “senhor moço” teria então conseguido uma guia de enterro e ordenado que os escravos enterrassem Damião sem levantar maiores suspeitas. Assim, o crime cometido em 1874 nunca veio à tona, embora tenha ficado na memória dos cativos dali.

---

<sup>27</sup> Ver FRAGA FILHO, Walter. *Encruzilhadas da liberdade: histórias de escravos e libertos na Bahia (1870-1890)*. Campinas: SP: Editora da Unicamp, 2006.

<sup>28</sup> Infelizmente não tive acesso ao periódico para acompanhar como o fato foi repercutido. O fato também foi noticiado em outro jornal de orientação abolicionista, *O Alabama*. Ver Graden, Dale T. *From slavery to freedom in Brazil...*, op. cit., p. 178.



A versão de Silvestre, contudo, não encontrou confirmação. Intimidados a depor na condição de informantes, vários escravos do engenho *Água Cumprida* – Vicente, Tibúrcio, Theotônio, Eufemia, Paulino, Romana, Guilherme, este último seu irmão - e o liberto Sinfrônio negaram a acusação, afirmando que nunca ouviram falar no assassinato e que Damião vivia doente e morrera de “cansaço”. Também confirmaram esta versão dos fatos vários agregados que moravam nas terras do engenho *Água Cumprida* ou mantinham relações de trabalho ali, como o proprietário Manoel Pereira da Rocha, de 82 anos, morador na *Fazenda Dambé*, o lavrador Bento de Oliveira, de 62 anos, o mestre de açúcar Manoel Joaquim Barbosa, de 70 anos, e o oficial de carpina Manoel Paulo da Costa. Todos eles também atestaram a boa conduta de João de Teive e Argolo no tratamento dos escravos, confirmando que no engenho existia uma enfermaria na qual a enfermeira Eufemia cuidava dos doentes na ausência do médico.

Diante da inexistência de qualquer pista ou contradição nos depoimentos prestados, o delegado Antônio José Marques concluiu o inquérito julgando improcedente a denúncia feita pela *Libertadora Bahiana*, remetendo os autos para o juiz de Direito do 5º distrito criminal da Bahia, que por sua vez encaminhou-os para o parecer do Promotor Público. Este, por sua vez, pediu novos depoimentos, dentre os quais o do acusado, do médico do engenho, José Eduardo Freire de Carvalho Filho e também de Eduardo Carigé.

Segundo João de Teive e Argolo, quando assumiu a administração do engenho de sua mãe já encontrou o escravo Damião inválido pela gravidade da moléstia de inflamação geral que o mesmo sofria e que mediante as orientações médicas dadas por seu primo, o Dr. José de Teive e Argolo (falecido em 1879) empenhou-se em tratar do mesmo, tendo inclusive encarregado um outro escravo mais velho de fiscalizar se Damião estava tomando o preparado de ferro que lhe fora receitado. Entretanto, mesmo com estes cuidados o escravo vivia constantemente doente e por isso veio repentinamente a falecer. Defendendo-se da acusação de não ter comunicado ao médico, ele disse “que era costume antigo o proprietário ou administrador daquelas propriedades agrícolas darem guias independentes de atestados médicos” e por isso expediu a ordem para o enterro do mesmo.

O novo médico do engenho, José Eduardo Freire de Carvalho Filho, cujo pai era um prestigiado político baiano, disse que cuidava “não só da família como também dos escravos” e atestou que estes eram bem tratados em suas moléstias e que jamais presenciou maus tratos aos mesmos; pelo contrário, eram bem alimentados e “bem vestidos com roupas próprias para o trabalho”.

Diante de tantas evidências de que a denúncia não procedia, a apuração do caso acabou tomando outro rumo. A partir do depoimento de Eduardo Carigé, a polícia parecia estar a procura de outros motivos para a acusação feita a um dos membros da influente família Teive e Argolo. Dele foram cobradas explicações acerca da legalidade da *Sociedade Libertadora*, tais como o registro de seus estatutos e quem da diretoria o autorizou a fazer a denúncia junto à polícia. No intuito de se esquivar destas perguntas, Carigé acabou por citar o proprietário da *Gazeta da Tarde* Pampilo Santa Cruz, que também foi intimado a depor. Assim como Carigé, Pampilo também não forneceu nenhuma pista concreta que confirmasse as alegações do escravo Silvestre, limitando-se a indicar o nome de alguns indivíduos que moravam na freguesia de Cotegipe e que supostamente sabiam do crime. Intimados e ouvidos, estes também negaram saber dos fatos.

Diante da falta de provas, só restou ao Promotor Público Manoel Freire de Carvalho reforçar o relatório do delegado de polícia, que em pedia o arquivamento da denúncia. De fato, em 13 de junho o processo foi arquivado por ordem do juiz de Direito. Quanto a Silvestre, o processo não indica o seu possível paradeiro. Contudo, sua decisão em fugir do poder de seu senhor e apresentar-se à polícia, alegando maus tratos e denunciando uma possível conduta criminosa deste, indica não só o quanto os escravos já não mais aceitavam viver sob as antigas regras do cativo e sobretudo o quanto percebiam a decadência do poder senhorial.

Além da família Teive e Argolo, Eduardo Carigé e os demais membros da “rede da liberdade” também incomodaram outros importantes proprietários de escravos. Em 29 de novembro de 1886, por exemplo, Carigé peticionou mais uma ação coletiva em nome dos escravos Ângelo, Gervásio, Silvestre, Febrônia e Cristina, de propriedade do renomado médico Luís Adriano Alves de Lima Gordilho, segundo Barão de Itapoan.<sup>29</sup> Aceita a ação, o juiz Amphilophio de Carvalho nomeou como curador o advogado Elpídio de Mesquita, o qual após aceitar o encargo solicitou que os cativos fossem depositados em poder do próprio Eduardo Carigé, o qual certamente os encaminhou para um dos abrigos da “rede”.

O motivo da ação era a já conhecida alegação da importação ilegal, a qual seria provada com as certidões de matrícula dos cativos. Matriculados no ano de 1872, na paróquia de Nossa Senhora de Paripe, em Salvador, Ângelo, Gervásio, Silvestre e Cristina, foram todos descritos como pretos, com 40 anos, solteiros, africanos e de filiação desconhecida; além de Febrônia, africana, de

---

<sup>29</sup> APEBA. Ação de liberdade. Seção Judiciária. Class: 59/2110/09. Autores: Ângelo e outros x Barão de Itapoan. Ano: 1886.

41 anos. Feitas as contas de praxe, facilmente se percebe que estes entraram no Brasil depois da vigência da lei de 1831, sendo portanto ilegalmente importados.

Intimado a defender-se, o Barão de Itapoan afirmou não se opor à liberdade dos cativos Gervásio, Cristina e Febrônio, afirmando ainda que o africano Ângelo havia falecido e por isso não podia ser libertado. Porém, em relação a Silvestre, ele fez questão de reafirmar seu senhorio, argumentando que havia dois escravos com igual nome matriculados em seu poder. Sendo que aquele que reivindicava a liberdade era o crioulo Silvestre, de 40 anos, legalmente matriculado e não o seu homônimo africano, de 43 anos de idade, o qual não reivindicava a liberdade certamente por já tê-la conquistado, já que era mestre de açúcar, profissão que era bem remunerada. Para provar o que alegava, o Barão de Itapoan apresentou as certidões de matrícula e averbação dos ditos escravos, convencendo o curador dos cativos a apoiá-lo. Assim, a exceção do crioulo Silvestre, os demais escravos obtiveram suas cartas de alforria em março de 1887.

Por conta desta investidas contra a classe senhorial, Eduardo Carigé teve de prestar esclarecimentos ao chefe de Polícia em diversas oportunidades.<sup>30</sup> Contudo, estas contendas com as autoridades policiais só aumentaram a sua fama, fazendo com que seu nome ecoasse pelas senzalas de toda a província.

### *Considerações Finais*

A *Sociedade Libertadora Bahiana* foi responsável pela realização das principais ações de contestação radical ao regime escravista na província da Bahia na década de 1880. Sintonizada com o movimento mais geral, corporificado na Confederação Abolicionista liderada por João Clapp e José do Patrocínio, a entidade adotou diversas estratégias de propaganda em favor da abolição. Inicialmente atuando em ações filantópicas e na propoganda das idéias abolicionistas através da imprensa, aos poucos e concomitantemente radicalizou as estratégias de libertação dos escravos, passando a desafiar abertamente o poder senhorial e as autoridades constituídas por meio da promoção de fugas, acoitando escravos e agenciando suas contendas na justiça.

---

<sup>30</sup> Ver as acusações feitas contra ele pelos escravos Silvestre e Braz em ALBUQUERQUE, Wlamyra R. *O jogo da dissimulação*,..., op. cit., pp. 89-93.

**Bibliografia**

- ALBUQUERQUE, Wlamyra R. *O jogo da dissimulação: abolição e cidadania no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- ALONSO, Angela. A teatralização da política: a propaganda abolicionista. In: *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*. São Paulo, julho 2011.
- BARICKMAN, B. J. "Até a véspera: o trabalho escravo e a produção de açúcar nos engenhos do Recôncavo baiano (1850-1881)". In: *Afro-Ásia*, nº 21-22.
- BORGES DE BARROS, Francisco. *À margem da História da Bahia*. Salvador, Ba. Imprensa Oficial do Estado, 1934.
- BRITO, Jaílton Lima. *A abolição na Bahia (1870-1888)*. Salvador, Ba: CEB, 2003.
- CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- CASTILHO, Celso. "Ao teatro, pelos cativos: uma história política da abolição no Recife". In: CABRAL, Flavio Jose Gomes; COSTA, Robson. *Historia da escravidão em Pernambuco*. Recife: UFPE, 2012.
- FONSECA, Luís Anselmo da. *A escravidão, o clero e o abolicionismo*. (Edição 'fac-similar' de 1887). Recife: FUNDAJ/ Editora Massangana, 1988.
- FRAGA FILHO, Walter. *Encruzilhadas da liberdade: histórias de escravos e libertos na Bahia (1870-1890)*. Campinas: SP: Editora da Unicamp, 2006.
- GRADEN, Dale T. *From slavery to freedom in Brazil. Bahia, 1835-1900*. Albuquerque: University of New Jersey Press, 2006.
- MORAES, Evaristo de. *A Campanha abolicionista (1879-1888)*. Brasília: UNB, 1986.
- NABUCO, Joaquim. *O abolicionismo*. Recife: FUNDAJ/ Ed. Massangana, 1988. (Edição fac-similar de 1883).
- PINHO, Wanderley. *História de um engenho no Recôncavo*. 2ª ed. São Paulo: Ed. Nacional; Brasília: INL 1982.
- SILVA, Eduardo. *As camélias do Leblon e a abolição da escravatura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- \_\_\_\_\_. "Resistência Negra, Teatro e Abolição da Escravatura". In: *Anais da XXVI Reunião da SBPH*, 2006.
- SILVA, Kátia Maria de Carvalho. *O Diário da Bahia e o século XIX*. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; Brasília: INL, 1979.
- SILVA, Ricardo Tadeu Caires. *Caminhos e descaminhos da abolição. Escravos, senhores e direitos nas últimas décadas da escravidão (Bahia, 1850-1888)*. Curitiba: UFPR/SCHLA, 2007.
- \_\_\_\_\_. "Iô-iô Carigé dá cá meu papé": a atuação da Sociedade Libertadora Bahiana e a agência escrava nos últimos anos da escravidão (1883-1888). In: *Anais do V Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional*. Porto Alegre, RS: 2011.